

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.289 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 2001



Durante sete horas, Regina, Antonio Carlos e Arruda sustentaram suas versões sobre o episódio da violação do painel

Conselho encerra investigação e relatório sai na quinta-feira

A acareação entre os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda e a ex-diretora do Prodasen Regina Célia Borges encerrou as investigações do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre a violação do painel eletrônico de votações do Senado. O relator do processo, senador Roberto Saturnino, disse que o confronto entre as três versões não esclareceu as contradições apontadas anteriormente. Ele anunciou que entregará seu relatório na próxima quinta-feira.

PÁGINAS 3 A 7



Vários senadores fizeram perguntas durante a acareação, realizada pela primeira vez no Conselho de Ética

CAE aprova empréstimo do Banco Mundial para reforma agrária

PÁGINA 12

Althoff vê bloqueio às oposições nos clubes de futebol



PÁGINA 10

Um telão foi colocado à disposição dos repórteres



Transmissão ao vivo da acareação despertou grande interesse



Aprovadas novas autorizações para emissoras de rádio

O Plenário também discutiu a PEC que extingue o imposto sobre caderno escolar

O Plenário do Senado aprovou ontem oito projetos de decreto legislativo relativos a renovação, autorização e outorga de permissão e concessão para serviços de radiodifusão sonora em municípios do Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo.

As entidades beneficiadas são a Rádio Montes Claros Ltda, que opera em Montes Claros (MG); a Rádio FM Miraguaí Ltda, de Miraguaí (RS); a Sociedade Rádio Difusora Lucélia Ltda, de Lucélia (SP); a Bariri Rádio Clube Ltda, de Bariri (SP); a Fundação Nossa Senhora da Penha do Espírito Santo, de Vitória (ES); a Rádio Excelsior Ltda, de Nova Andradina (MS); a Rádio Comunitária Educativa e Cultural Arinense, de Arinos (MG); e a Fundação Cultural de Radiodifusão Educativa Dolores Alcân-

tara, de Cascavel (CE).

Também houve em Plenário a primeira discussão, em segundo turno, da proposta de emenda à Constituição, encabeçada pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que proíbe a cobrança de impostos sobre cadernos escolares. A matéria, que pretende baratear o custo do produto e estimular a permanência das crianças nas escolas, voltará a ser discutida na sessão da próxima terça-feira.

E foram declaradas prejudicadas, sob alegação de perda de oportunidade, duas mensagens da Presidência da República. A primeira, de 1994, refere-se a operação de crédito entre o estado do Maranhão e o Banco Mundial, no valor de US\$ 79 milhões. A outra, de 1997, trata de termo aditivo de contrato de rolagem da dívida do estado do Rio de Janeiro junto à Caixa Econômica Federal.

Ricardo Santos enaltece congresso de hepatologia

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) destacou, em comunicação de liderança, a realização do 16º Congresso Nacional de Hepatologia, realizado em Vitória (ES) nos dias 30 de abril e 1º de maio. O encontro contou com 800 participantes – um recorde, comentou – e teve como presidente o médico capixaba Carlos Sandoval Gonçalves.

Ricardo Santos ressaltou, entre as principais conclusões do congresso, a necessidade de conscientização da classe médica sobre a importância



Ricardo Santos ressaltou as conclusões do encontro realizado em Vitória

do diagnóstico precoce da hepatite. Os médicos também decidiram alertar as autoridades públicas para a necessidade de uma vacinação em massa contra a hepatite B.

O parlamentar ressaltou a participação, no congresso, de cientistas da França, Estados Unidos, Canadá, Espanha e Argentina. O representante do Espírito Santo no Senado parabenizou também os médicos Emílio Mamede, Maria da Penha Zago e Fausto Lima Pereira, que participaram da organização do congresso.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 4 DE MAIO 2001

PLENÁRIO

9h – Sessão não deliberativa

PREVISÃO

PLENÁRIO

Segunda-feira

14h30 – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 10/00, altera a alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição federal (institui a imunidade tributária para cadernos escolares); PLC nº 98/00, acrescenta artigo à Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola; PDLs nºs 104 e 109, de 2000, aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; e Requerimento nº 194/01, do senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos PLCs nºs 88/00 e 6/01, por regularem a mesma matéria.

Quarta-feira

11h – Sessão Solene Conjunta do Congresso destinada a homenagear a memória do governador Máio Covas. Plenário da Câmara dos Deputados

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação, em primeiro turno, da PEC nº 44/00 (tramitando em conjunto com a PEC nº 45/00), altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de Estado e do Distrito Federal e de prefeitos; terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 10/00, altera a alínea "d" do inciso VI do art. 150 da Constituição federal (institui a imunidade tributária para cadernos escolares); substitutivo ao PLS nº 213/99 – Complementar, altera o inciso V do art. 1º da Lei Complementar nº 64/90, casos em que ocorre inelegibilidade; PDLs aprovando atos para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 198/01, da senadora Marina Silva, solicitando que sobre os PLSs 149 e 320, de 1999, que tramitam apensados, seja ouvido além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, a de Assuntos Sociais.

19h – Sessão Conjunta do Congresso destinada à apreciação de projetos de lei e de projetos de decreto legislativo. Plenário da Câmara dos Deputados

Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: votação nominal, em segundo turno, da PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; PLS nº 167/95, que dispõe sobre a retirada de fabricação de modelos de veículos automotores; PDLs aprovando atos para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimentos nº 201/01, do senador Romeu Tuma, solicitando o desamparamento dos PLSs nºs 131, de 1999, e 18, de 2000, dos PLSs nºs 122, 198, 223 e 356, de 1999; 73 e 203, de 2000, que tramitam em conjunto; nº 205/01, da senadora Marina Silva, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 92, de 1996, e 303, de 1999, com os de nºs 511 e 555, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria; nº 206/01, do senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs 303, de 1999, e 156, de 2000, com os de nºs 511 e 555, de 1999, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h – Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLC nº 97/00, acrescenta parágrafo único ao artigo 4º e dá nova redação ao parágrafo 3º do artigo 8º da Lei nº 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola (estabelecendo que os instrumentos de política agrícola deverão orientar-se pelos planos de safra e os planos plurianuais); Diversos nº 29/96, informa ao Senado a determinação de que as competências ditadas pela legislação, pelos Regimento Interno e Manual de Administração do Banco Central, concernentes aos assuntos de Fiscalização de Normas e Organização do Sistema Financeiro e de Política Monetária, passam a ser exercidas, respectivamente, pelos diretores Cláudio Ness Mauch, Alkimir Ribeiro Moura e Francisco de Pádua Lopes, e permanecem inalteradas as competências e atribuições dos demais diretores; PLC nº 80/96, obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) ou de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; PLC nº 83/00, altera a redação do artigo 3º da Lei nº 9.311/96, estendendo a isenção da CPMF (aliquota zero) nos lançamentos de débito nas contas correntes de depósito cujos titulares sejam: missões diplomáticas, repartição consular de carreira e representação de organismos internacionais no Brasil e seus funcionários estrangeiros que não tenham residência permanente no país e membros das famílias desses funcionários que com eles vivam; PLS nº 4/01, altera o valor do salário mínimo a partir de 1º de abril de 2001; PLS nº 606/99, transfere para o governo do Distrito Federal as ações pertencentes à União da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap); PLS

nº 103/99, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos; e PLS nº 466/99, altera a Lei nº 6.305/75, que institui a classificação de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico.

Pauta extra: Mensagem nº 281/00, propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até EUR 218,1 milhões, de principal, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), destinada ao financiamento parcial do Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural-1, a ser executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19

10h – Comissão Permanente do Idoso

Pauta: definição do cronograma para o biênio 2001/2002. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

Após a ordem do dia – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: audiência pública com a finalidade de instruir o PLS nº 90/99, que dispõe sobre a reprodução assistida, com a participação dos presidentes do Conselho Federal de Medicina, Edson de Oliveira Andrade; da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Glaci Therezinha Zancan; da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetria (Febрасo), Edmundo Chada Bacarat; da Sociedade Brasileira de Reprodução Assistida (SBRA), Edson Borges Júnior; da Sociedade Brasileira de Reprodução Humana, Joaquim Roberto Costa Lopes; da professora titular de Biologia da Universidade Estadual de Feira Santana, Eliane Azevedo; e do coordenador da Pastoral Nacional da Saúde da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), padre José Edson da Silva. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

Quarta-feira

9h – Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: substituto ao PLS nº 284/99 (arts. 92 e 282 – RISF), que dispõe sobre a instalação de telefones públicos para pessoas portadoras de deficiência auditiva e da fala e usuários de cadeiras de rodas; Aviso nº 192/00, encaminhado ao Senado cópia da Decisão nº 801/00, bem como dos respectivos relatórios de auditoria de desempenho e voto que a fundamentam, realizada junto ao Ibama, objetivando avaliar o Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e efetividade; emenda oferecida em Plenário ao substitutivo do PLS nº 75/00, altera o art. 8º da Lei nº 10.101/00 (Lei Orgânica da Seguridade Social), objetivando equiparar, para efeito de contribuição previdenciária, os condomínios de produtores rurais aos contribuintes individuais; PLS nº 245/00, acrescenta o inciso XIII ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir o saque da conta vinculada do trabalhador no FGTS para permitir pagamento de cirurgias; PLS nº 15/01, altera o art. 4º da Lei Complementar nº 26/75, para dispor sobre a movimentação, pelo trabalhador desempregado, da conta vinculada do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e do Programa de Integração Social (PIS); e PLS nº 25/01, altera os artigos 2º e 3º da Lei nº 10.101/00, para dispor sobre a equiparação do empregador rural pessoa física à empresa e a periodicidade da participação nos lucros ou resultados dos trabalhadores nas atividades agrícolas, pecuárias ou de extração vegetal. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: emendas de Plenário nºs 2 e 3 à PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP), altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 – Código de Processo Penal; PLS nº 685/99 (tramitando em conjunto com o PLS nº 26/00), altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real, o sistema monetário nacional, estabelece as regras e condições de emissão do real e os critérios para conversão das obrigações para o real; PLC nº 11/98 (tramitando em conjunto com o PLS nº 59/99), regulamenta o parágrafo 1º do art. 213 da Constituição federal; PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PLS nº 57/00, altera a redação dos artigos 259, 261 e 496 da Lei nº 5.869/73 – Código de Processo Civil; PLS nº 135/99, altera os artigos 240 e 241 da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente; PLS nº 148/99, que dispõe sobre o fornecimento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de transporte, alimentação e hospedagem aos pacientes cujo tratamento se realize fora do local de seu domicílio; PLS nº 672/99, que dispõe sobre o comércio eletrônico; PLS nº 242/00, altera a Lei nº 9.504/97, que estabelece normas para as eleições; PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); Mensagem nº 117/01, submete à apreciação do Senado o nome de Laurita Hílria Vaz para compor o Superior Tribunal de Justiça; PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; e PLS nº 5/00, acrescenta dispositivos à Lei nº 7.998/90, para conceder o benefício do seguro-desemprego aos trabalhadores que especifica. Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3

10h – CPI do Futebol

Pauta: depoimento do empresário Ivani Targino de Melo e de Elmer Guilherme Ferreira, da Federação Mineira de Futebol. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

Quinta-feira

10h – CPI do Futebol

Pauta: depoimento dos ex-presidentes do Santos Futebol Clube, José Paulo Fernandes e Samir Jorge Abdul Hak. Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CONSELHO DE ÉTICA

ACM, Arruda e Regina reafirmam depoimentos

Numa reunião de acareação que durou sete horas, os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) e a ex-diretora do Prodasen Regina Célia Borges sustentaram ontem as versões que já haviam apresentado ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre a violação do painel de votações secretas. O relator, Roberto Saturnino (PSB-RJ), anunciou que entregará seu parecer na próxima quinta-feira.

O presidente do conselho, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), afirmou que considerava as investigações encerradas e haverá no início da próxima semana uma reunião administrativa apenas para decidir sobre vários requerimentos não votados. Ele quis colocá-los em votação ontem, mas o senador Valdeck Ornélas (PFL-BA) discordou e pediu verificação de *quorum* — não havia parlamentares em número suficiente, já no encerramento da acareação.

Antonio Carlos voltou a garantir que não autorizou, “nem direta nem indiretamente”, Arruda a pedir a lista com os votos da sessão que cassou o senador Luiz Estevão. Arruda reafirmou que apenas consultou Regina sobre a possibilidade de se conhecerem os votos, autorizado por Antonio Carlos. Já Regina repetiu que recebeu “uma determinação” de Arruda para conseguir a lista “e ele dizia falar em nome de Antonio Carlos Magalhães”.

Transmitida ao vivo por emissoras de rádio e televisão, a reunião teve o seu momento mais tenso quando o senador Jefferson Péres (PDT-AM) tomou a palavra. “Vamos deixar de eufemismo. Se os dois se-

nadores sustentam suas versões, um está mentindo”, assinalou. O relator disse “ser difícil” acreditar na versão de Arruda de que apenas solicitara a lista. Outra contradição se refere à declaração de Regina Borges de que telefonou para o celular de Arruda por volta das 10h do dia 28, quando teria lhe informado que a listagem iria ser retirada após a sessão de cassação, que terminou às 16h. O senador nega que o diálogo tenha ocorrido.

Antonio Carlos, que voltou a elogiar a competência da ex-diretora Regina Borges, assumiu a responsabilidade pela omissão de não ter adotado providências ao tomar conhecimento, por Arruda, da lista. “Agi assim para preservar o Senado e evitar qualquer risco de se anular a cassação de Luiz Estevão”, repetiu. Já Arruda, que admitiu ter levado a lista a Antonio Carlos e comentado com ele os votos que lá apareciam, pediu para ser julgado em função “da gravidade da irregularidade”. Ele observou que não roubou, não matou e nem corrompeu.

No final, Arruda leu uma mensagem eletrônica recebida dos advogados Valdir Campos Lima e Carlúcio Campos Coelho, de Brasília, na qual eles faziam sugestões sobre como agir no episódio, inclusive que ficasse do lado de Regina Borges, contasse a verdade e fizesse um acordo com o PFL para preservar Antonio Carlos. Dois dias depois, acrescentou, um de seus assessores foi conversar com os advogados e, para surpresa, estava no mesmo escritório um advogado, filho de Regina Borges. Regina informou que Carlúcio é amigo de sua família, mas que não se aconselhou com ele.

O que acontece agora

Uma vez entregue o parecer do relator do caso da violação do painel eletrônico de votação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), o que está previsto para ocorrer na próxima quinta-feira, os senadores deverão votar a recomendação proposta. O relator poderá indicar o arquivamento da matéria ou uma das quatro medidas disciplinares previstas pela Resolução nº 20/93: advertência, censura, perda temporária do exercício do mandato ou perda total do mandato.

Nos dois primeiros casos, de advertência e censura, as medidas são tomadas pelo próprio conselho, pela Mesa ou pelo presidente do Senado. No caso de perda temporária de mandato ou de perda total, o conselho encaminhará o parecer à Mesa para a abertura de processo. Depois, a questão será remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que deverá pronunciar-se sobre os aspectos constitucionais, legais e jurídicos da matéria.

Caso a CCJ considere a proposta admissível, o processo, sob a forma de um projeto de resolução, retorna à Mesa do Senado para ser votado em Plenário.

As votações em todas as instâncias serão secretas. A perda temporária do mandato é decidida em Plenário por maioria simples dos senadores, e a perda total por maioria absoluta.



O relator Saturnino, Regina Borges e os senadores Ramez Tebet, Antonio Carlos e Arruda, durante a reunião

Antonio Carlos elogia Regina, que é criticada por Arruda

Ao fazer suas considerações finais perante o Conselho de Ética, o senador Antonio Carlos Magalhães leu um trecho do depoimento anterior da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges em que ela o elogiava extensamente. No trecho citado, Regina comenta sua relação com o ex-presidente do Senado, dizendo que aprendeu a respeitá-lo e admirá-lo, considerando-o um “homem sério e justo” e dizendo-se impressionada pelo modo com que ele se dirigia aos funcionários, “por vezes bravo, por vezes terno”.

Antonio Carlos também prestou homenagens a Regina e fez referência ao livro com os discursos proferidos por senadores e deputados no Congresso, no último dia 7 de fevereiro, quando foi homenageado pelos parlamentares. “Eu não poderia ter mudado tanto para não receber mais a consideração e o respeito dos meus colegas”, disse.

O senador baiano disse ainda que tem recebido inúmeras manifestações de solidariedade, inclusive 1.200 *e-mails*, enviados de todo o país. O ex-presidente do Senado afirmou que tem mantido a mesma versão durante todo o processo no

Conselho de Ética.

Arruda, em suas considerações finais, afirmou que, ao contrário de Regina, não procurou “lapidar ou maquiagem sua versão para atender a interesses políticos”. Ele acrescentou que assumiu sua parcela de responsabilidade no episódio. Leu ainda uma mensagem eletrônica que teria recebido de um escritório de advocacia de Brasília, subscrito pelos advogados Waldir Campos Lima e Carlúcio Campos Coelho, propondo estratégias para livrá-lo das acusações. Arruda, que estranhou o conteúdo da mensagem, constatou a ligação de um dos filhos de Regina, Dorival Borges de Souza Neto, com o advogado Carlúcio, e insinuou que Regina estaria seguindo a estratégia proposta.

Arruda questionou a afirmação da ex-diretora do Prodasen de que teria impresso a lista com os votos secretos dos senadores sem tê-la lido.

— Neste caso, a dra. Regina, o senador Antonio Carlos e eu, infelizmente, estamos ligados no mesmo ato, mas não estamos sendo acusados de desvio de dinheiro público. A cada culpa, a sua contrição — acrescentou o senador.

Nas suas considerações finais,

Antonio Carlos fez referências às homenagens que recebeu



Regina repudiou a tentativa de envolver seu filho no caso



Arruda: “Não estamos sendo acusados de desvio de dinheiro público”



Regina disse ter certeza de que a leitura completa dos depoimentos vai levar os membros do Conselho de Ética a encontrar um sentido para o episódio da violação do painel. Ela disse não ter entendido as referências de Arruda a seu filho Dorival Borges de Souza Neto, advogado trabalhista. Ela contou que Dorival a procurou, trazendo um recado de Carlúcio. Este teria se mostrado disposto a aconselhar Regina, mas ela teria dispensado a ajuda.

CONSELHO DE ÉTICA

Ordem ou consulta, a questão de Saturnino

Confrontando os depoimentos da ex-diretora do Prodasen Regina Borges e dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, o relator do caso no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), buscou esclarecer se Regina cumpriu uma ordem para obter a lista de votação da sessão que cassou o mandato do então senador Luiz Estevão, ou se atendeu exageradamente a uma consulta de Arruda sobre a confiabilidade do painel eletrônico em relação à possibilidade de se modificar o resultado de uma votação secreta. Diante das contradições entre os próprios depoimentos de Arruda, Saturnino disse que é difícil acreditar na versão do ex-líder do governo.

“A palavra ‘consulta’ eu descarto absolutamente. Em momento nenhum chegou a mim como consulta”, afirmou Regina. Ela confirmou que, no encontro ocorrido na noite de 27 de junho, no apartamento de Arruda, o senador indagou, em nome de Antonio Carlos, sobre a possibilidade de violação do painel e solicitou especificamente uma lista com os votos secretos dos senadores na sessão do dia 28 de junho. A ex-diretora explicou que, se lhe fosse feita uma consulta ou um pedi-



A autorização de ACM a Arruda foi um dos pontos levantados por Roberto Saturnino

do para verificar a segurança do sistema de votação secreta, jamais violaria o painel e extrairia uma lista dos votos. Regina lembrou que fez questão de dizer “saio daqui para cumprir uma ordem”, ao final do encontro.

Arruda negou ter pedido a lista de votação e disse que fez apenas uma “consulta simples”, eximindo-se de responsabilidade quanto ao entendimento de Regina sobre isso. O senador lembrou que o marido de Regina, Ivar Ferreira, afirmou repetidas vezes em seu depoimento que não houve ordem para a obtenção da lista e que Regina disse 12 vezes a palavra “pedido” no depoimento anterior. Arruda confirmou ter pedido a Antonio Carlos para falar em seu

nome com Regina. Segundo ele, a frase “saio daqui para cumprir uma ordem” não foi dita pela ex-diretora.

Ela lembrou que telefonou três vezes para Arruda após a votação, relatando o sucesso na obtenção da lista de votação. Arruda também utilizou registros telefônicos para verificar que retornou a ligação de Regina às 17h42. Saturnino estranhou o fato de Arruda ter afirmado que havia sido surpreendido com a lista, mas havia retornado a ligação que dava conta da violação do painel. Arruda confirmou ter recebido telefonema de Regina e enviado seu assessor para pegar um documento, cuja natureza desconhecia, que precisava entregar rapidamente a Antonio Carlos.

O relator questionou a contradição sobre a autorização ou não de ACM para que Arruda utilizasse seu nome a fim de falar com Regina sobre a violação do painel eletrônico. Antonio Carlos reafirmou não ter dado autorização a ninguém para falar em seu nome, e Arruda manteve a versão de que perguntou se poderia falar em nome do presidente, tendo sido autorizado a fazê-lo. Antonio Carlos confirmou ter conversado sobre os rumores de violação do painel com Arruda e outros parlamentares. A ex-diretora também confirmou nunca ter recebido ordem de Antonio Carlos para obter a lista.

Outro ponto contraditório abordado pelo relator foi o telefonema dado por Antonio Carlos para a servidora após receber a lista das mãos de Arruda. Saturnino indagou por que o então presidente do Senado não repreendeu Regina Borges pela violação, como já havia feito em episódios muito menos graves, preferindo apenas tranquilizá-la a pedido de Arruda, ou agradecer o trabalho, segundo Regina. Antonio Carlos explicou que teve essa atitude para não colocar em risco a cassação de Luiz Estevão e para salvaguardar uma boa funcionária.

Para Regina Borges, se o telefonema foi de agradecimento ou de tranquilização, não é importante. “Naquele momento, o essencial no telefonema era saber que a lista tinha chegado às mãos do presidente.” Ela disse que após o telefonema comunicou imediatamente a todos os funcionários envolvidos.

Emilia tenta esclarecer conversa de ACM e Regina

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) centrou sua bateria de perguntas sobre o teor da conversa mantida entre Antonio Carlos Magalhães e Regina Borges na casa de uma assessora do senador, Isabel Flecha de Lima.

Regina respondeu que estava muito preocupada com a troca da empresa que prestava assistência à operação do painel e, ao mesmo tempo, com as investigações da Unicamp para identificar a possível violação do painel, e pediu um encontro para tratar dessas questões. Segundo ela, esses foram os assuntos tratados no encontro, na residência da assessora, de forma rápida. Antonio Carlos corroborou essa versão.

Emilia também quis saber se Regina teria conhecimento da conversa entre José Roberto Arruda e Antonio Carlos, quando o

então presidente do Senado recebeu a lista contendo os votos secretos dos senadores. A ex-diretora afirmou que não teria condições de saber o que foi conversado entre os dois, porque não estava presente ao encontro. Ela confirmou, todavia, que o senador pela Bahia lhe telefonara para acusar o recebimento da lista na frente de Arruda.

Emilia perguntou ainda a Regina se ela tinha consciência de que poderia perder a aposentadoria e “jogar na rua” seus 28 anos de serviço, caso fosse configurada sua culpa. Nesse momento, o corregedor do

Senado, Romeu Tuma, interveio e esclareceu que a ex-diretora do Senado estava sendo apenas acareada e não processada, e que somente depois de constatada sua eventual culpa no episódio de violação do painel é que ela poderia ser julgada em processo administrativo.



Emilia: detalhes sobre encontro na casa de assessora

Simon espera resposta rápida de senadores

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse que está muito clara a responsabilidade de José Roberto Arruda e de Regina Borges no episódio da violação do sigilo do painel. Regina, porque confessou ter comandado a equipe que fraudou o painel no dia 28 de junho do ano passado, data em que foi cassado, em sessão secreta, o mandato do então senador Luiz Estevão. Arruda, porque determinou a ela que violasse o painel, recebeu a lista com a identificação dos votos e entregou-a ao então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

A situação de Antonio Carlos é diferente, na opinião de Simon, porque não está claro se ele determinou ou não a Arruda que procurasse Regina para pedir a lista



Para Simon, estão claras as responsabilidades

da votação. O que está claro em relação a Antonio Carlos é que, tendo recebido a lista e constatado a violação do painel, não tomou as providências adequadas naquele momento: comunicar o fato aos membros da Mesa e aos líderes dos partidos e convocar Regina a se explicar.

Apesar de as contradições entre os depoimentos dos três não terem se resolvido, Simon instou o conselho a dar até a próxima quarta-feira uma satisfação à sociedade. O senador acha impossível que Arruda não tenha informado o presidente Fernando Henrique sobre os fatos relativos à violação, mas disse ser positivo que nada tenha sido descoberto sobre a eventual participação do presidente, em razão das sérias consequências políticas que isso traria.

Conselho de Ética

Quem vai julgar a violação do painel

Titulares

PMDB

Casildo Maldaner - SC (casimalda@senado.gov.br)
Ramez Tebct - MS (ramez@senado.gov.br)
Nabor Júnior - AC (naborjun@senado.gov.br)
Ney Suassuna - PB (neysuassun@senado.gov.br)
Amir Lando - RO (amir.lando@senado.gov.br)

PFL

Geraldo Althoff - SC (althoff@senado.gov.br)
Francelino Pereira - MG (franpc@senado.gov.br)
Paulo Souto - BA (paulo.souto@senado.gov.br)
Waldeck Ornélas - BA (waldeck@senado.gov.br)

BLOCO PSDB/PPB

Lúcio Alcântara - CE (lucioalc@senado.gov.br)
Osmar Dias - PR (odias@senado.gov.br)
Antero Paes de Barros - MT (anteropb@senado.gov.br)

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS)

Heioisa Helena - AL (heneisena@senado.gov.br)
Jefferson Péres - AM (jefeperes@senado.gov.br)

PSB

Roberto Saturnino - RJ
(roberto.saturnino@senado.gov.br)

CONSELHO DE ÉTICA

ACM sabia da violação do painel eletrônico, diz Arruda

O ex-líder do governo no Senado José Roberto Arruda disse ontem, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ter clareza de que o ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães estava certo de que o sigilo do painel eletrônico do Senado havia sido violado quando recebeu a lista com a identificação dos votos da sessão, realizada em 28 de junho do ano passado, em que foi cassado Luiz Estevão. Segundo o ex-líder, como a lista foi lida pelos dois no gabinete de Antonio Carlos, e este ligou em seguida para tranquilizar a então diretora do Prodasen, Regina Célia Peres Borges, responsável pela operação fraudulenta, Arruda ficou certo de que Antonio Carlos estava ciente da violação.

A afirmação de Arruda foi dada em resposta a pergunta formulada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que procurou explorar o que disse ser uma "contradição" entre as avaliações de Antonio Carlos e Arruda sobre o que ocorreu no momento da entrega da lista ao ex-presidente do Senado. Este manteve a versão do primeiro depoimento ao conselho: ao pegar a lista, teria tido dúvida sobre a autenticidade do documento, uma vez que não apresentava nenhum timbre e trazia votos que ele considerou surpreendentes, por não combinarem com as posições políticas dos votantes.

As perguntas de Dutra sobre o teor dos telefonemas entre Arruda e Regina levaram à confirmação de que o ex-líder do governo havia perguntado à ex-diretora



Dutra perguntou a Arruda se ACM sabia que a lista era fruto de uma fraude. A resposta foi positiva

sobre que membros do grupo de funcionários do Prodasen envolvidos na violação do painel eletrônico sabiam da participação de Arruda no episódio.

Já Antonio Carlos confirmou ter dito a Regina a frase "isso é coisa do Arruda", ao ser indagado por ela sobre as notícias dando conta da possibilidade de violação do painel. Mas o ex-presidente do Senado alegou ter imaginado estar respondendo, com aquela frase, a uma dúvida sobre quem teria passado ao jornalista Ricardo Boechat a nota com a informação de que a senadora Heloísa Helena (PT-AL) havia votado contra a cassação de Estevão.

O senador José Roberto Arruda queixou-se de que Regina revelava o que considerava serem detalhes verossímeis dos telefonemas trocados entre os dois, mas pouco revelava dos telefonemas trocados entre ela e Antonio Carlos Magalhães.

Eduardo Suplicy não vê "consistência" na versão apresentada por Antonio Carlos

Referindo-se ao apego do senador Antonio Carlos Magalhães à figura de Rui Barbosa, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) indagou ao ex-presidente do Senado por que, tendo conhecimento de "fato tão grave como a violação do painel de votações", não advertiu de pronto o senador José Roberto Arruda e a ex-diretora do Prodasen Regina Borges.

Suplicy também quis saber por que o então presidente do Senado não convocou imediatamente os líderes partidários para comunicar fato tão grave e discutir o que fazer. Nessa situação, Suplicy entende que seria dever do presidente da instituição transmitir, inclusive à opinião pública, a informação de que o painel fora violado.

Ele acrescentou que deveriam ter

sido tomadas providências para saber se algum voto foi alterado, o que poderia levar à anulação da votação. Para Suplicy, "se os fatos que hoje vieram a público não servem para anular aquela sessão, da mesma forma poderiam ter sido divulgados à época".

No seu entender, "não tem consistência" o argumento de Antonio Carlos de que não tomou as devidas providências "por amor ao Brasil". Suplicy leu o artigo 55 da Constituição, segundo o qual perderá o mandato o deputado ou senador cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar.

Depois de afirmar ser Rui Barbosa o maior dos baianos, Antonio Carlos disse que Suplicy "tem muito a aprender, no campo do direito, da política e da economia, com



Para Suplicy, ao receber a lista, o ex-presidente do Senado deveria ter tornado público "fato tão grave"

o cultuado jurista". E disse que Rui Barbosa também foi injustamente acusado por seus adversários, inclusive de ter recorrido a procedimentos desonestos.

Regina: "Achei que tinha que cumprir e fui fazer"

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) perguntou à ex-diretora do Prodasen Regina Borges por que ela não consultou nenhum membro da Mesa sobre a ordem que deveria executar, ao atender a pedido do senador José Roberto Arruda para que obtivesse a lista de votação da sessão que cassou o mandato do senador Luiz Estevão. Regina Borges respondeu que entendia o pedido de Arruda, em nome de Antonio Carlos Magalhães, como de caráter sigiloso, e decidiu executar o que interpretou como uma ordem envolvendo o menor número de servidores no processo.

— Não direi que não sabia que estava infringindo normas, não sou ingênua, mas achei que tinha que



Camata questionou Regina sobre o fato de ela não ter tratado do assunto com integrantes da Mesa

cumprir a ordem e fui fazer — frisou.

A ex-diretora do Prodasen garantiu também que, apesar de filiada ao PSDB, desde que assumiu a direção

do Prodasen nunca mais participou de qualquer encontro político. Da mesma forma, ela asseverou a Gerson Camata que não tinha qualquer "carta na manga" para apresentar no seu depoimento.

— Nenhuma das minhas ações no Prodasen teve cor partidária. Tratava todos os partidos com a mesma atenção — acrescentou.

A Arruda, Camata indagou por que ele mandou o seu chefe de gabinete buscar a lista com os votos secretos, e por que ele mesmo não foi apanhá-la. Arruda respondeu que estava com a agenda sobrecarregada e, como o documento, conforme combinara, seria entregue ao senador Antonio Carlos Magalhães, ordenou ao seu funcionário que o pegasse.

TV rerepresenta acareação no Conselho de Ética

A TV Senado rerepresenta amanhã, a partir das 10h, a acareação, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, entre os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda e a ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados (Prodasen) Regina Célia Peres Borges.

Para Freire, houve "violento atentado ao decoro parlamentar"



Freire: "Tenho medo que, ao final, dona Regina seja colocada como única culpada"

O senador Roberto Freire (PPS-PE) declarou, durante a acareação entre os senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda e a ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges, que houve um "violento atentado ao decoro parlamentar". Segundo Freire, mesmo que reunião no Conselho de Ética não tenha trazido nenhum fato novo, "voltou a demonstrar a existência de um verdadeiro atentado contra a Constituição do país".

O senador salientou a contradição entre as três versões, ressaltando que "foi montado um esque-

ma para fraudar o painel do Senado". Ele comparou a violação do painel ao holocausto, "que não tinha ordem que o determinasse".

— Tenho medo que, ao final, dona Regina, que acendeu o forno, seja colocada como a única culpada pelo holocausto. A ordem não aparece! — disse.

Roberto Freire disse que Antonio Carlos cometeu quebra de decoro parlamentar e pelo menos três crimes: prevaricação, condescendência criminoso e quebra de sigilo funcional. Para Freire, ao desconfiar de que poderia ter

havido fraude na votação, como alegou Antonio Carlos em sua versão, o então presidente do Senado deveria abrir imediatamente um inquérito, para defender a instituição. "Quanto ao Luiz Estevão, poderíamos fazer outra votação", disse.

Em resposta, Antonio Carlos atacou Freire, dizendo que o senador pernambucano tem "ódio político" à sua liderança. Freire replicou, afirmando que sempre respeitou o senador baiano, mas que Antonio Carlos "provocou um estrangimento nacional".

CONSELHO DE ÉTICA

Para Jefferson, desinteresse de ACM em saber origem da lista é "gravíssimo"

Questionado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) na acareação conduzida ontem pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o senador Antonio Carlos Magalhães afirmou que não repreendeu Regina Borges, então diretora do Prodasen, pela extração da lista de votantes da sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão. Ele sustentou que não deu importância ao documento e considerou até que a lista poderia ser apócrifa.

— Agora complicou um pouco — disse Jefferson Péres, diante das respostas do ex-presidente do Senado.

Jefferson considerou inacreditável que Antonio Carlos Magalhães não tenha questionado



Jefferson estranhou o fato de Antonio Carlos não ter repreendido Regina Borges

a origem do documento a ele levado pelo então líder do governo, José Roberto Arruda.

— Vossa Excelência não perguntou como ele obtivera a lista e de

quem? Senador Antonio Carlos, isso para mim é um fato novo, gravíssimo. Como o senador Arruda obtivera a lista e quem lhe entregara? Vossa Excelência não se interessou em saber isso?

Jefferson Péres também quis saber se, recebida a relação de votos, o senador Antonio Carlos Magalhães tomou providências para que o painel passasse a ser operado com mais segurança. O ex-presidente do Senado disse que nunca duvidou da inviolabilidade do painel, porque a segurança desse sistema era garantida pela própria diretora do Prodasen. Antonio Carlos disse que só pôde constatar que o sistema era violável depois de apresentado o laudo da Unicamp.

Antero aponta mudança na versão de Antonio Carlos

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) chamou a atenção, durante a acareação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, ontem, para o que considerou uma mudança na versão do senador Antonio Carlos Magalhães. Antero lembrou que o senador afirmara anteriormente ter admoestado a ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges por causa da violação do painel e, posteriormente, negou ter feito a repreensão. Questionado, Antonio Carlos disse que admoestou Regina apenas em outro episódio. Regina, por sua vez, disse que, após a violação do painel, o senador baiano so-



Antero quis saber de Arruda por que não externou ao Plenário sua preocupação com o painel

mente a tranqüilizou.

Durante o questionamento de Antero Paes de Barros, o

senador Antonio Carlos Magalhães o chamou de imparcial.

Ao senador José Roberto Arruda, Antero Paes de Barros indagou por que, diante da alegada preocupação com a segurança do painel, ele não teria externado a questão publicamente, em Plenário, em vez de procurar, durante a noite, a diretora do Prodasen. Arruda disse que isso não lhe passou pela cabeça.

Antero perguntou ainda se José Roberto Arruda teria procurado Regina Borges se não recebesse a incumbência por parte de Antonio Carlos Magalhães. Arruda negou essa possibilidade.

Lando confronta relatos sobre diálogo de Regina e Arruda

O senador Amir Lando (PMDB-RO) procurou confrontar as versões do senador José Roberto Arruda e da ex-diretora do Prodasen Regina Borges sobre o diálogo em que o ex-líder do governo teria dito a ela "não confirme (a violação) nem sob tortura". Regina manteve a versão de seu primeiro depoimento ao Conselho de Ética, em que mencionou a frase. Arruda não a desmentiu, mas disse que tem se perguntado acerca da possibilidade de ter exagerado na linguagem.

Regina também relatou a Lando o início da conversa com Arruda

no apartamento deste, na ocasião em que lhe teria sido pedida a obtenção da lista de votação. Contrariando Arruda, ela disse que o então líder do governo foi direto ao assunto: em nome do então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pediu-lhe que extraísse a lista com os votos da sessão secreta em que foi cassado o então senador Luiz Estevão.

Regina contou aos membros do conselho que, durante o período de intenso noticiário sobre a possibilidade de violação do painel, procurou Arruda diversas



Amir Lando pediu que Regina Borges detalhasse conversas mantidas com José Roberto Arruda

vezes, mas que era muito difícil falar com ele. A ex-diretora do Prodasen considera que se angustiou com o vazamento da informação da fraude mais do que o senador.

Lauro indaga se FHC teve participação no episódio

O senador Lauro Campos (sem partido-DF) perguntou ao senador José Roberto Arruda se o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, também estaria envolvido no episódio da violação e se recebera a lista com os votos dos senadores. Arruda, que era o líder do governo, negou o interesse do presidente da República na lista.

Ao senador Antonio Carlos Magalhães, Lauro Campos perguntou por que ele queria a lista dos votos após a sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão. Antonio Carlos negou que quisesse a lista ou que tivesse ordenado a violação do painel eletrônico do Senado. Ele disse que, no momento em que a lista lhe chegou às mãos, temeu pela possível tentativa de Luiz Estevão de anular a cassação.

Antonio Carlos também negou a Lauro Campos que tivesse difamado a senadora Heloísa Helena (PT-AL). "O que houve foi uma especulação, uma tentativa de me deixar mal com a senadora", disse.

Suassuna pede providências para tornar painel seguro

Ao questionar a ex-diretora do Prodasen Regina Borges na acareação promovida pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu que o sistema de votação eletrônica do Plenário seja modificado para funcionar com maior segurança. Ele anunciou que encaminhará requerimento nesse sentido.

Suassuna quis saber se Regina Borges recebeu alguma ordem para, depois de violado o sistema, vedar o acesso ao programa, para que essa devassa não se repetisse. Ele queria saber se, dali por diante, seria possível extrair uma lista de qualquer outra votação.

Regina esclareceu que, modificado o programa que permitiu a extração da lista de votantes, o sistema foi devolvido à sua posição anterior, como atestaram posteriormente os técnicos da Unicamp. Ela explicou que não existe nenhum sistema hermético, impossível de ser modificado. Também disse que o mesmo



Lauro Campos diz que Regina, ainda que tardiamente, tomou uma atitude louvável

Lauro Campos quis saber da ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges qual teria sido o pagamento do funcionário Sebastião Gazzola para auxiliar na violação do painel. Regina disse que Gazzola recebeu apenas R\$ 1 mil por vários serviços prestados. Lauro elogiou Regina Borges e afirmou que, ainda que tardiamente, ela tomou uma atitude louvável. Defendeu por isso uma atenuação da pena para a ex-diretora.



Ney Suassuna indaga se ainda é possível extrair listas de votação do painel

grupo que extraiu a lista na sessão que cassou o mandato do senador Luiz Estevão poderia voltar lá para alterar novamente o programa.

Diante desse atestado da fragilidade do sistema, Suassuna pediu que o Conselho de Ética solicitasse uma modificação capaz de dar mais segurança ao sigilo das votações processadas pelo painel eletrônico no Plenário.

CONSELHO DE ÉTICA

Ex-diretora reafirma que se sentiu coagida

Ao responder a uma pergunta da senadora Heloísa Helena (PT-AL), a ex-diretora do Prodasen Regina Borges confirmou que se sentiu “premada e coagida psicologicamente” a viabilizar tecnicamente a violação do painel de votação do Senado. Ela explicou que, embora o senador José Roberto Arruda tenha feito o pedido para obter a lista da sessão que cassou o senador Luiz Estevão em tom de voz normal, ela o entendeu como uma ordem e executou a tarefa, pois Arruda usou o nome do ex-presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães.

Regina Borges acrescentou à resposta que, logo após ter recebido o pedido de Arruda, ponderou que não poderia fazer aquele tipo de listagem com os votos secretos dos senadores. Ela disse que o senador do Distrito Federal, contudo, alegou ter informações de que seria possível violar o

painel, afirmando que o então presidente do Senado precisava da relação.

— É o tipo de situação de não ter como dizer não. Tem que sair e ver a forma de viabilizar — afirmou Regina Borges.

Já com relação a Arruda, Heloísa Helena quis saber por que, se tinha como objetivo apenas indagar sobre a segurança do painel, ele utilizou o nome do senador Antonio Carlos para fazer o pedido. A senadora alagoana também quis saber por que Arruda chamou a ex-diretora do Prodasen à sua casa.

Arruda respondeu que não teria consultado Regina Borges sobre a inviolabilidade do painel se não tivesse recebido a missão do então presidente do Senado. O encontro aconteceu em sua casa, acrescentou, porque a funcionária morava perto e ele estava saindo do Senado e indo para sua



Heloísa Helena quis saber por que Arruda chamou Regina Borges à sua casa

residência. Arruda confirmou que o encontro ocorreu no dia 27 de junho, como declarou Regina em seus depoimentos anteriores.

Heloísa indagou ainda de Antonio Carlos qual a sua intenção ao declarar, em depoimento anterior, que jamais se prestaria a fazer um pedido “de tal ordem” e se ele seria para verificar a segurança do sistema de votação ou para violar o painel. Antonio Carlos respondeu que não daria a ninguém o direito ou a prerrogativa de representá-lo para fazer semelhante pedido.

Alcântara pergunta sobre tentativas de violação

Em resposta a uma pergunta do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a ex-diretora do Prodasen Regina Borges declarou que estava muito nervosa no momento em que entregou a lista de votação a Domingos Lamoglia, assessor do ex-líder do governo no Senado José Roberto Arruda, no dia 29 de junho do ano passado. Explicou que seu nervosismo devia-se ao fato de que esperava entregar a lista ao então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, mas teve de entregá-la ao assessor de Arruda. Ela informou ter ficado insegura sobre o destino que seria dado à lista.

O ex-líder do governo confirmou ter recebido de seu assessor a informação de que Regina estava nervosa e que ela lhe perguntara se a lista seria entregue a Antonio Carlos. Por essa razão, ao entregar o documento ao então presidente do Senado,



Lúcio Alcântara questionou Regina Borges sobre a entrega da lista de votação

Arruda teria lhe pedido que ligasse para Regina, a fim de tranquilizá-la.

Alcântara também indagou de Regina Borges se em ocasiões anteriores soube de tentativas ou atos de violação do sigilo do painel eletrônico do Plenário. Ela respondeu que não. E acrescentou ter sido a primeira vez que recebeu pedido para ação daquela natureza.

Telefonema de ACM tranquilizou Regina

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) quis saber da ex-diretora do Prodasen Regina Borges se o fato de entender que o senador José Roberto Arruda falava em nome do então presidente do Senado Antonio Carlos Magalhães pesou na sua decisão de violar o painel. Em resposta, a funcionária confirmou que o nome de Antonio Carlos serviu de



Osmar questiona se uso do nome de ACM influenciou decisão de Regina

aval para que tomasse a atitude de violar o sistema eletrônico de votação.

Regina Borges disse que estranhou ter que entregar a lista ao assessor de Arruda, Domingos Lamoglia, e afirmou só ter ficado tranquila de que Antonio Carlos de

fato havia recebido a lista após telefonema do então presidente da Casa.

A uma pergunta de Osmar Dias sobre a possibilidade de ter recebido de Antonio Carlos o pedido para que fizesse uma mera consulta ou desse uma ordem em seu nome, Arruda afirmou que “o temperamento de Antonio Carlos não admite que ordens sejam dadas em seu lugar”.

— Foi só uma consulta, do contrário o próprio senador Antonio Carlos teria falado com ela — disse.

Já o senador Antonio Carlos admitiu que, no dia anterior à sessão de cassação do senador Luiz Estevão, entre outros assuntos, pode ter conversado com Arruda sobre a confiabilidade do painel. Mas Antonio Carlos negou que em qualquer momento tenha delegado a missão de conseguir a lista.

Para Marina Silva, muitas respostas não convenceram

Ressalvando que não tem prática de tribunal, a senadora Marina Silva (PT-AC) repetiu aos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda e a Regina Borges perguntas já feitas por integrantes do Conselho de Ética e Decoro Par-



Em resposta a Marina Silva, a ex-diretora do Prodasen negou ser incoerente

lamentar, mas que obtiveram respostas que, em sua opinião, não convenceram.

Marina perguntou a Regina Borges se ela seria incoerente a ponto de, consultada sobre a violabilidade do sistema de votação do Senado, interpretar isso como ordem para extrair uma lista dos que votaram na sessão que cassou o mandato do então senador Luiz Estevão. Invocando 25 anos de serviços prestados ao Senado, Regina Borges observou que nunca teve uma atitude incoerente no Senado.

A ex-diretora sustentou que não recebeu nenhuma ordem para checar a segurança do sistema de votação, mas para extrair a lista de votos. Indagada por Marina

sobre qual o destino que devia dar a essa lista, a ex-diretora do Prodasen respondeu que Arruda a orientou a entregar o documento a seu assessor. Posteriormente, o documento seria entregue a Antonio Carlos, ficando acertado que Regina Borges receberia um te-

lefonema de retorno, confirmando que o documento estava nas mãos do presidente do Senado.

Foi o que aconteceu, segundo a funcionária, quando ela recebeu, posteriormente, um telefonema de Antonio Carlos. E foi com esse telefonema, conforme explicou, que ela tranquilizou os funcionários que, a seu pedido, tinham passado a madrugada modificando o programa que garantia a segurança do sistema de votação.

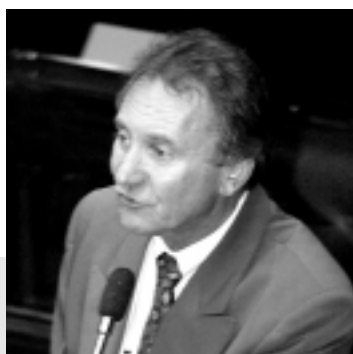
Questionados por Marina Silva, o ex-presidente do Senado e José Roberto Arruda voltaram a sustentar suas versões. O primeiro, dizendo que não autorizou ninguém a fazer consulta em seu nome. E Arruda, garantindo que agiu a pedido de Antonio Carlos.

Maldaner vê vínculo entre depoentes

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) concluiu, durante a acareação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que há um vínculo entre os três depoentes. “Independentemente de ter havido um pedido, uma consulta ou uma ordem, está evidente que este vínculo existe, não há como dissociar as ações dos senadores e de Regina Borges”, afirmou Maldaner.

Ele reconheceu o grande

constrangimento entre os parlamentares durante a reunião do Conselho de Ética e se absteve de fazer suas perguntas, que já teriam sido formuladas pelo relator, senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), e pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). Maldaner afirmou que a primeira de suas perguntas — se Arruda usara o nome de Antonio Carlos ao procurar Regina Borges — havia sido amplamente respondida.



Maldaner admite constrangimento entre os membros do Conselho de Ética

Senado vai sair fortalecido, prevê Sebastião Rocha

O Senado vai sair fortalecido do episódio da violação do painel eletrônico, apesar de estar vivendo um momento difícil perante a sociedade, na opinião do senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Da tribuna do Plenário, ele disse acreditar que o Senado chegará “ao pódio do reconhecimento popular dentro de pouco tempo”.

— Nós não iremos enveredar pelo caminho do espetáculo, mas sim pelo caminho do conteúdo e da transparência — afirmou o senador pedetista.

Os historiadores, segundo Sebastião Rocha, costumam dizer que o Brasil somente não faz parte hoje do restrito círculo dos países desenvolvidos porque não sofreu uma verdadeira revolução em sua história.

— Pois o Senado Federal neste momento vive a sua revolução, e vai sair dela fortalecido em busca do pódio — observou.

Conforme o senador, o palco não é o destino do Senado, e sim o pódio.

— O palco é construído de modo a receber um *show*, uma representação, mesmo de pessoas que não tenham mérito. Já o pódio, não. Ele se destina somente àqueles que têm grandeza. E o Senado vai mostrar que esse será o seu destino — disse.

Para o senador pedetista, a partir da acareação promovida ontem entre os principais envolvidos na violação do painel eletrônico do Plenário, “as coisas começarão a ganhar outro rumo e logo o Senado irá resurgir como uma instituição de grande respeito perante toda a sociedade”.

— Estamos caminhando a passos largos nesta direção — frisou Sebastião Rocha.

Com o episódio do painel eletrônico, continuou o parlamentar, “o Senado foi ultrajado e a consciência dos senadores, violentada”. Mas, completou, a Casa sairá disso “pela ética e por sua determinação”.

Em aparte ao discurso de Sebastião Rocha, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) declarou também acreditar que o Senado sairá fortalecido do episódio, destacando haver uma consciência muito clara entre os parlamentares no sentido de que “as pessoas passam, mas a instituição fica”.

Jader Barbalho afirma que é preciso evitar prejulgamentos

Senador elogia Conselho de Ética pela forma como examina o caso da violação do painel e afirma que julgamento antecipado seria injusto

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse na manhã de ontem que, “apesar da excepcionalidade de um episódio como este”, o trabalho desenvolvido pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na apuração das responsabilidades pela violação do painel de votação da Casa está “sendo feito dentro do Regimento e portanto com base democrática”. O senador disse não ver desgaste para a instituição em função disso e repudiou “a injustiça dos prejulgamentos”.

A tramitação do caso pelo conselho, acrescentou, está sendo feita “dentro da lei” e o Senado, no seu entender, deve deixar que o órgão faça seu trabalho “tranqüilamente, para que possa apreciar o caso e chegar às suas con-



Jader disse que não vê desgaste para o Senado em razão da quebra do sigilo do painel de votação

clusões sem prejulgamentos”. Jader destacou que “o prejulgamento, inevitavelmente, é uma injustiça”. O senador deu estas declarações antes da acareação, realizada ontem pelo conselho, entre os

senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) e a ex-diretora do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen) Regina Borges.

Lauro nega ter telefonado para Antonio Carlos

O senador Lauro Campos (sem partido-DF) afirmou ontem, em pronunciamento feito no Plenário, que não pretende revelar o voto que dará em relação ao caso da violação do painel eletrônico da Casa, que envolve os senadores José Roberto Arruda (sem partido-DF) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

— Quero reservar a declaração de voto para depois da acareação. Até porque posso mudar de opinião até o momento do voto — afirmou o senador.

O discurso foi motivado por nota publicada no *Jornal de Brasília* pelo jornalista Cláudio Humberto, afirmando que Lauro Campos teria telefonado a Antonio Carlos na última quarta-feira anunciando que votaria a favor do senador baiano no conselho.

Segundo o senador Lauro Campos, a nota é “mentirosa”.

— Cláudio Humberto é fofaqueiro profissional, mentiroso, canalha. É fugitivo da Casa da Dinda — disse.

Para o senador, o fato de ter sido “um dos parlamentares mais votados do Distrito Federal sem ter feito gastos com campanha irrita muita gente”. Ele alertou para os danos que mentiras pu-



Lauro Campos: “Foi gravíssimo o que ocorreu e foi quebra do decoro parlamentar”

blicadas nos jornais podem acarretar. “Os senadores envolvidos podem acreditar que têm apoio e que não serão cassados, perdendo assim o prazo a que têm direito para renunciar”, afirmou.

Lauro contou que, ao ingressar no Senado Federal, tinha “preconceito contra o senador Antonio Carlos Magalhães”, mas que aprendeu a admirar e respeitar o senador baiano “em sua defesa da imagem da instituição”.

— Mas, no final, Antonio Carlos entrou no infeliz episódio do painel e, além disso, usou a lista de votação para difamar, atingindo

uma pessoa, a senadora Heloísa Helena. Foi gravíssimo o que ocorreu e foi quebra do decoro parlamentar — prosseguiu.

O senador, em seguida, acrescentou: “Todos somos seres duais e ninguém é completamente criminoso”.

Em aparte, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) afirmou que as considerações da coluna de Cláudio Humberto “não mereciam resposta de uma pessoa da estirpe de Lauro Campos, merecedor de reverência e respeito de todo o Senado”.

O senador Tião Viana (PT-AC) prestou solidariedade e afirmou acreditar que “o voto do senador Lauro Campos sempre será coerente com sua postura”. Afirmou ainda que “a imprensa deveria exercer com a mesma rigidez o código de ética que vem cobrando do Senado”.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) destacou “a conduta rigorosa” que Lauro Campos tem tido na Casa, enquanto o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) expressou solidariedade e disse que “as constantes notas inverídicas” publicadas por Cláudio Humberto tornam a coluna do jornalista “cada vez menos acreditada”.

Eduardo elogia adoção de coleta seletiva de lixo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) elogiou o governo do Tocantins pelo Programa Estadual de Coleta Seletiva de Lixo. Segundo ele, a iniciativa vem contribuindo para preservar o equilíbrio ecológico e estimular a indústria da reciclagem. Com a adoção da coleta seletiva de lixo, o senador acredita que a população tocaninense está conscientizando-se da necessidade de substituição dos lixões por aterros sanitários.

Alcântara registra ação de entidade empresarial do CE

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) registrou, em discurso no Plenário, sua admiração pela atuação da Associação dos Jovens Empresários de Fortaleza (AJE), que, ressaltou, “tem sido exemplo de força e idealismo e de visão moderna da atividade empresarial no estado do Ceará”. Alcântara contou que a associação foi fundada em 1989 e não tem fins lucrativos, políticos ou partidários.

Tuma ressalta espírito nativista do Exército

O Dia do Exército, comemorado no último dia 19, foi lembrado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), que destacou a origem da data, que remonta à Batalha de Guararapes (PE), “onde gente do povo uniu-se ao colonizador português para, juntos, combaterem o Exército colonial holandês”. Daí, enfatizou, “o sentimento nativista” que marca os primeiros anos do Exército brasileiro.

Carlos Patrocínio destaca programa de moradia

O lançamento, em fevereiro último, do programa Mutirão da Casa Própria pelo prefeito de Paraíso (TO), Hider Alencar (PSDB), foi destacado ontem pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). Na opinião do senador, a “iniciativa é das mais importantes, por seu conteúdo social de atendimento às necessidades das famílias mais pobres da localidade”. Carlos Patrocínio acrescentou que o programa deverá estar concluído no próximo dia 10.

Maldaner reivindica apoio a agricultor da Região Sul

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) sugeriu ao governo brasileiro que se busquem mecanismos junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) para socorrer os agricultores da Região Sul do país, em dificuldades para competir com os produtores dos Estados Unidos e da Europa, que recebem pesados subsídios governamentais. “Nossos produtores não estão reivindicando subsídios, mas querem ação política e diplomática em sua defesa”, afirmou.

Casildo Maldaner apresentou números mostrando que o produtor brasileiro tem recebido pela soja os mesmos valores pagos em 1995 – cerca de R\$ 11 ou R\$ 12 pela saca de 60 quilos. No entanto, enfatizou, no período dobraram os custos de produção, a exemplo do óleo diesel, dos fertilizantes e de equipamentos como a colheitadeira.

O senador por Santa Catarina



Segundo Maldaner, os produtores querem “ação política e diplomática” do governo brasileiro

destacou que o produtor norte-americano de soja tem garantia governamental de US\$ 11 dólares para a saca de 60 quilos. Ou seja, ele recebe mais do que o dobro do que o produtor brasileiro. “Há uma desigualdade concreta de tratamento que penaliza os nossos agricultores. Cabe ao governo brasileiro encontrar uma saída para esse impasse”, concluiu.

Marina apresenta programa de combate à pobreza no Acre

A senadora Marina Silva (PT-AC) apresentou ontem ao Plenário as diretrizes do Programa de Combate à Pobreza que está sendo implementado pelo governo do estado do Acre. Segundo disse, a iniciativa prevê atendimento às mulheres com câncer de mama e ginecológico, alfabetização para crianças e adolescentes e cursos de formação para adultos.

Marina disse ter sido convidada pelo governador Jorge Viana para apresentar, juntamente com integrantes do governo, proposta que resultou no Programa Adjunto de Solidariedade e tem por base o orçamento social do estado.

O programa, de acordo com a senadora, centra-se na transferência direta de verba para a população pobre e prevê a utilização de recursos federais e estaduais. No início, acrescentou, serão investidos valores que ultrapassem os R\$ 20 milhões.

– A maioria dos pobres do Acre

estão concentrados nos bairros da periferia de Rio Branco. Essa ocorrência se deve ao êxodo rural que foi praticado graças a uma política de devastação dos seringaais, inviabilizando a atividade produtiva – observou Marina.

Segundo a senadora, cerca de 18 mil famílias, do total de 30 mil que constituem o núcleo da pobreza no estado do Acre, deverão ser atendidas até o final do ano. O restante das famílias deverão ser atendidas até o final do governo.

– O objetivo não é carimbar uma idéia como essa para um grupo ou partido e sim para todos os homens e mulheres de bem que querem ver combatida a discriminação social. Não por palavras, mas por gestos concretos, principalmente com ações de governo que levem a um programa estrutural que combine as ações emergenciais no combate à fome com reforma agrária e educação – concluiu Marina Silva.



Marina informou que serão beneficiadas inicialmente 18 mil famílias pobres

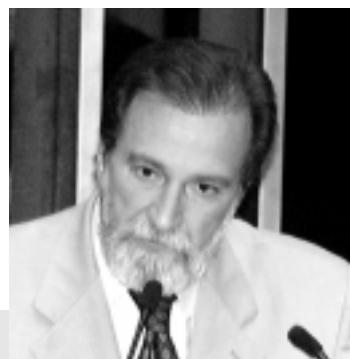
Osmar quer mais incentivo para a pequena empresa

Projeto do senador determina que os bancos públicos federais apliquem 50% dos recursos ativos em empréstimos para o setor

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) pediu ontem ao Plenário apoio para o projeto de lei que apresentará com o objetivo de combater o desemprego e promover a segurança pública. A proposta, adiantou, deve prever a fixação do homem no interior e a descentralização do desenvolvimento. Conforme o projeto, anunciou Osmar Dias, os bancos públicos federais serão obrigados a aplicar 50% dos recursos ativos disponíveis para empréstimos a médias, pequenas e microempresas.

– Nas cidades, 60% dos empregos estão nas pequenas, médias e microempresas. Então temos que apoiar empresas desse porte. Nelas, 10 mil dólares geram um posto de trabalho. Nas grandes, são precisos 100 mil dólares – disse.

O senador acredita que o incentivo às pequenas empresas garantirá o crescimento econômico nas cidades do interior, o que diminui-



Osmar Dias considera que a proposta deve contribuir para a fixação do homem no interior

ria o êxodo para as grandes cidades. O projeto de Osmar Dias prevê ainda que os financiamentos concedidos terão encargos financeiros de até 12% ao ano e, caso haja sobra de recursos, os bancos ficarão livres para aplicar em outros empreendimentos. Na opinião do senador, é importante que o governo federal incentive as médias, pequenas e microempresas

com programas nos moldes do Brasil Empreendedor e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Osmar Dias lembrou que o Pronaf é responsável pela criação e manutenção de 500 mil empregos todos os anos. Esse resultado, afirmou, credencia o Pronaf como o principal programa de geração de empregos no governo Fernando Henrique Cardoso.

O senador considera o problema do êxodo rural um dos mais graves do país. Ele citou o caso de Curitiba, capital do Paraná, que alcançou o posto de terceira cidade com maior número de favelas no Brasil. Acrescentou que há previsões segundo as quais em 15 anos 50% da população paranaense estará vivendo nos 15 maiores municípios do estado. “A solução está no interior. As grandes cidades não estão preparadas para receber tanta gente.”

Hartung elogia decisão que garante revisão da tabela do Imposto de Renda

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) solicitou ontem em Plenário a transcrição, nos Anais do Senado, de decisão da Justiça Federal favorável ao reajuste da tabela de incidência do Imposto de Renda da Pessoa Física. Ao mesmo tempo, o parlamentar lamentou o adiamento da votação, pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, do projeto de sua autoria que trata do assunto.

Segundo o senador, havia um acordo de lideranças para que a proposta começasse a ser votada ainda esta semana na Câmara, o que não vai mais acontecer. Apesar disso, afirmou, ele tem a expectativa de que o presidente da comissão, deputado Michel Temer (PMDB-SP), coloque em pauta na próxima semana o parecer do relator da matéria, deputado Pedro Novais (PMDB-MA). Hartung teme que uma “enxurrada de ações judiciais” sobre o tema acabe assumindo a função que deveria ser do Congresso Nacional.

Antes da liminar concedida pela juíza federal substituta Lídia Botelho Neiva, acrescentou o senador, a Justiça já se manifestara favora-

velmente à revisão da tabela do Imposto de Renda em ações movidas pelo Sindicato dos Bancários do Paraná e pelo Sindicato dos Policiais Militares de Minas Gerais. A decisão da magistrada foi proferida em resposta à ação que move o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na 4ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal.

O senador leu trechos da decisão da juíza na ação da OAB. De acordo com Lídia Botelho Neiva, a estagnação das tabelas por cinco anos acarreta “um aumento real da carga tributária do imposto, sem que tenha havido correspondente aumento patrimonial”.

A juíza lembrou, na liminar, ter havido um acréscimo de 7,49% na arrecadação do Imposto de Renda da Pessoa Física entre 1998 e 1999, sem que houvesse, em contrapartida, aumento significativo da renda do assalariado.

O senador criticou a intransigência do governo em negociar uma solução para a correção das tabelas. Para ele, a alegação da equipe econômica de que a correção diminuirá os recursos governamen-



Para Hartung, é “ridícula” a alegação do governo para não atualizar a tabela

tais é “ridícula”, já que “têm sido gastos bilhões de reais de forma duvidosa”, como aconteceu nas Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), citou.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) afirmou que “a gana arrecadadora do governo estimula a sonogação”. Ele também lamentou que o retorno dos impostos arrecadados no Brasil seja muito pequeno. Também em aparte, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) elogiou o momento oportuno em que foi apresentado o projeto de Hartung.

Althoff: oposições nos clubes são maltratadas

Comissão ouviu ontem depoimentos dos presidentes dos conselhos fiscais do Palmeiras, do Corinthians e do São Paulo

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no futebol brasileiro, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), está convencido de



Presidente da CPI, Alvaro Dias disse que objetivo da reunião foi detectar real papel dos conselhos nos clubes

que as oposições "são maltratadas e inibidas" durante as reuniões dos conselhos fiscais dos clubes esportivos. Para ele, informações são sonegadas e muitos dos assuntos levantados pelas oposições sequer constam da ata, o que fragiliza toda a estrutura das agremiações.

Geraldo Althoff fez essas afirmações durante depoimento, na CPI, dos presidentes dos conselhos fiscais do São Paulo, Sebastião Antunes Duarte, do Palmeiras, Osvaldo da Silva Rico, e do Corinthians, Eduardo Nesi Curi. O senador foi enfático ao afirmar também que muitas decisões tomadas pelas diretorias executivas não chegam a outros segmentos dos clubes, como os próprios conselhos fiscais. Os três garantiram que nos seus respectivos clubes "as oposições são respeitadas e todos os assuntos são registrados em atas".

Mas o relator estranhou que os

depoentes não tivessem tomado conhecimento, na íntegra, de três processos administrativos contra o São Paulo, o Palmeiras e o Corinthians em andamento no Banco Central, relativos à venda de jogadores ao exterior. "O fato demonstra que os senhores deixam de ter acesso a informações consideradas significativas", observou Geraldo Althoff.

BINGOS

O presidente do Conselho Fiscal do Palmeiras, Osvaldo da Silva Rico, chegou a classificar de "desastre" o ingresso do jogo de bingo no clube. Ele lembrou que sempre lutou para que esse tipo de jogo de azar não fosse introduzido no Palmeiras, mas foi voto vencido. "No final todos reconheceram que eu estava com a razão porque o bingo só deu prejuízos ao clube", lembrou. Althoff concordou com o presidente do Conselho Fiscal do Palmeiras e arrematou: "Jogo de bingo é uma ação nefasta que deve ser

combatida".

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) quis saber o pensamento dos presidentes dos conselhos fiscais a respeito da cobrança da taxa de 5% paga pelos clubes à Federação Paulista de Futebol relativa à transmissão dos jogos pela TV. Sebastião Antunes Duarte, do São Paulo, disse tratar-se apenas de uma taxa administrativa e não a considerou cara.

O presidente do Conselho Fiscal do São Paulo confirmou que o clube possui uma conta bancária em Miami desde 1995 e todos os extratos já estão em poder da CPI. Acrescentou que as vendas de jogadores ao exterior são feitas legalmente, com a devida fiscalização do Banco Central.

O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), lembrou que a presença na comissão dos presidentes dos conselhos fiscais dos três clubes paulistas tinha o objetivo de detectar o real papel dos órgãos diante das agremiações e como funcionam esses colegiados. Os depoentes garantiram que os conselhos realizam reuniões periódicas e todas as contas dos clubes são analisadas.

TV discute gerenciamento de recursos hídricos

A organização do Estado para o melhor gerenciamento dos recursos hídricos é o assunto do programa *Entrevista*, da TV Senado, que vai ao ar hoje, 7h30 e 20h30. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e o professor Arnaldo Setti debatem o papel da Agência Nacional de Águas, criada no ano passado.

O programa *Cidadania* terá duas edições nesta sexta-feira: às 6h30, o senador Tasso Rosado (PMDB-RN) e a consultora organizacional Maria José Bretas debatem a questão do emprego e do trabalho no Brasil. Às 19h30, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) e a cineasta Ludmila Ferolla falam sobre o documentário *Anésia—Um Voo no Tempo*, a respeito da pri-

meira aviadora brasileira.

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e o presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica, Carlos Carpaneda, são os convidados do programa *Debate*, que vai ao ar à 1h. Os convidados conversam sobre a importância da lei que regulamenta o uso médico do silicone.

Já o programa *Quem Tem Medo da Música Clássica?* apresenta uma edição especial sobre os andamentos, adágios e andantes. Artur da Távola explica o que é cada andamento e exemplifica, mostrando a execução de obras de Ludwig Van Beethoven e Antonín Dvorak. O programa será exibido às 18h30 e à meia-noite. *Quem Tem Medo da Música Clás-*

sica? também vai ao ar domingo, às 10h, 18h e meia-noite.

O emprego no Brasil é assunto do *Agenda Econômica*, com entrevista do ministro Francisco Dornelles, do Trabalho e Emprego, aos jornalistas Helival Rios e Beto Almeida, a ser exibida sábado, às 6h30, e domingo, às 19h30.

O programa *Entrevista* apresenta sábado, às 3h30, o suplente de deputado Josué dos Santos Ferreira falando sobre o seu livro *Os Meandros do Congresso*, que aborda os mecanismos da tramitação de matérias no Legislativo; também sábado, às 7h30, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) conversa sobre o Dia Internacional do Trabalho. O debate sobre a Agência Nacional de Águas volta ao ar no domingo, às 3h30, 12h30 e 20h30.

Ademir lembra importância da obra de Caio Prado para o país

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) homenageou, em discurso, o escritor, político, empresário e historiador Caio Prado Júnior, nos dez anos de sua morte. Ademir ressaltou a importância do homenageado em tempos de descrença nas instituições, individualismo, sacralização do mercado e denúncias de improbidade e malversação de recursos públicos, lembrando o exemplo de vida de Caio Prado Júnior ao longo de seus 83 anos.

— Caio não foi outra coisa senão o valente lutador das causas justas, o incansável peregrino da liberdade e o sábio que procurava conhecer para poder compreender a vida e o mundo — afirmou o senador.

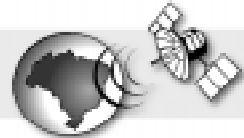
Nascido em 1907, numa das famílias mais poderosas, ricas e influentes de São Paulo, Caio Prado

Júnior, lembrou o senador, teve a formação tradicional de sua classe e sua época, formando-se em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco.

A militância política de Caio Prado Júnior, destacou Ademir, começou na década de 20, quando se filiou ao Partido Democrata, optando, mais tarde, pelo Partido Comunista. Pelo PCB, Caio Prado foi eleito deputado em São Paulo, sendo cassado em 1945.

Ademir destacou a atuação de Caio Prado como empresário, à frente da Livraria e depois Editora Brasiliense, e autor de artigos e livros que "são consensualmente considerados seminais". Para Ademir, Caio Prado deixou "o legado de quem, por autêntica rebeledia moral, abraçou a causa das transformações estruturais de que o Brasil carece".

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O senador Tasso Rosado e Maria José Bretas, consultora organizacional, falam sobre o trabalho e emprego no Brasil
7h30 — *Entrevista* — Senador Bernardo Cabral e o professor Arnaldo Setti falam sobre a Agência Nacional de Águas
8h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia
8h30 — *Saúde/Unip* — A violência — Parte 2
9h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — CPI do Roubo de Cargas — Audiência no Rio Grande do Sul (gravado)

14h30 — Sessão Plenária (gravado)
18h30 — *Quem Tem Medo da Música Clássica* — Adágios e Andantes
19h30 — *Cidadania* — Senadora Emilia Fernandes e a produtora e diretora cinematográfica, Ludmila Ferolla, falam sobre o filme *Anésia — Um Voo no Tempo*
20h30 — *Entrevista* — Senador Bernardo Cabral e o professor Arnaldo Setti falam sobre a Agência Nacional de Águas
21h — *Jornal do Senado* — As principais notícias do dia
21h30 — *Espaço Cultural* — Show de Rildo Hora
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — Show com o Balé do Teatro Municipal do Rio de Janeiro
24h — *Quem Tem Medo da Música Clássica* — Adágios e Andantes

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica - Sistema Digital:
• Satélite - B1
• Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 Mhz
• Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz
• Antena - 3,6 m LNB
• Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
• Symbol 3,2143MS-S
• FEC: 3/4
• Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização - Horizontal
• Frequência - 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Ney Suassuna protesta contra extinção da Sudam e da Sudene

Senador pede investigação sobre as denúncias envolvendo os dois órgãos, "para não dar a impressão de que todos os que habitam o Norte e Nordeste são inidôneos"

Em comunicação de liderança, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) anunciou que apresentará requerimentos à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), por ele presidida, para que seja iniciada uma investigação em profundidade, pelo Senado Federal, das denúncias envolvendo as Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene).

— Já na próxima semana vamos começar a agir para separar o joio

do trigo, para não dar a impressão de que todos os que habitam o Norte e Nordeste são inidôneos — protestou o parlamentar.

O representante da Paraíba no Senado se disse deprimido com a ausência de consulta às lideranças regionais antes do anúncio da medida provisória que extinguiu os dois órgãos. Ney Suassuna afirmou que "isso não é forma de se tratar mais de um terço da população brasileira".

Para o senador, se aconteceram



Ney Suassuna declarou-se deprimido com a ausência de consulta prévia às lideranças regionais

coisas erradas, os culpados devem ser punidos. O que não deve acontecer, acrescentou, é, sob esse

pretexto, extinguir "do dia para a noite" instituições que prestaram serviços ao país.

Para Valadares, FHC usou a corrupção como pretexto

A extinção das Superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam) por meio de medida provisória levou o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) a tachar o presidente Fernando Henrique Cardoso de "ditador da democracia". Durante pronunciamento em Plenário, ontem, Valadares acusou o presidente de se aproveitar da comoção da opinião pública diante das denúncias de corrupção nas autarquias para tomar uma decisão planejada desde o seu primeiro governo.

"Sob o pretexto de acabar com a corrupção endêmica, o governo aplicou um golpe nas regiões e, assim, cumpriu uma exigência do FMI, que não aceita a concessão de incentivos fiscais para o desenvolvimento regional", afirmou. O senador pelo PSB também se disse preocupado com o fim dos Fundos de Investimento do Nordeste (Finor) e da Amazônia (Finam). Ambos devem ser substituídos por dois fundos públicos de desenvolvimento, alimentados por repasses de verbas orçamentárias.

Para Antonio Carlos Valadares, a composição desses novos fundos, cuja regulamentação será feita por decreto em até 90 dias, esconde uma armadilha. "A gen-



Valadares considerou a medida "um golpe" nas duas regiões

te sabe que recursos orçamentários o governo coloca quando quer", declarou, temendo um baque nas políticas de investimento regional. Embora reconheça os "prejuízos irreparáveis" causados por desvios em projetos financiados pelo Finor e Finam, Valadares lembra que a forma de captação desses fundos, amparada na renúncia do Imposto de Renda, garantia maior volume de recursos para o Norte e Nordeste.

Os protestos de Valadares contra a extinção da Sudene e Sudam, a serem substituídas pelas Agências de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e da Amazônia (ADA), foram reforçados pelos senadores Carlos Wilson (PPS-PE) e Ney Suassuna (PMDB-PB). "Será que a criação dessas agências vai acabar com a corrupção?", questionou Carlos Wilson, advertindo que o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, pode ficar marcado como "o homem que enterrou a Sudene" se a agência não cumprir o seu papel. Já Ney Suassuna se disse "chocado" com a forma como a decisão foi tomada, duvidando da capacidade das agências de reestruturar a política regional do país e pôr fim à corrupção na concessão de incentivos fiscais.

Rocha diz que órgãos estavam "carcomidos e ultrapassados"

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) manifestou ontem, em pronunciamento no Plenário do Senado, o seu apoio à decisão do governo de extinguir as Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) sumariamente, por meio de uma medida provisória. Para o senador, esses dois órgãos tinham suas estruturas carcomidas e ultrapassadas. Ele disse que o seu estado, o Amapá, mesmo sendo pobre, foi um dos menos beneficiados com os recursos destinados à Sudam.

Sebastião Rocha afirmou acreditar em novos caminhos que realmente atenuem os desequilíbrios regionais no país e na criação de mecanismos que de fato garantam que os recursos cheguem até o lugar de destino.

Para o senador pedetista, o Congresso Nacional poderá agora, após a extinção daqueles órgãos de desenvolvimento, instalar a sua comissão es-

pecial para buscar um consenso em torno da melhor forma de se carrear recursos para o desenvolvimento regional da Amazônia e do Nordeste.

Ele disse também ter gostado da forma equânime adotada pelo governo, extinguindo os dois organismos (Sudam e Sudene), e não somente a Sudam, como se chegou a cogitar a princípio.

PROCURADORES

Sebastião Rocha também falou sobre uma proposta de emenda à Constituição de sua autoria, que já tramita na Casa, propondo que os procuradores estaduais e o procurador-geral da República sejam escolhidos por eleição direta.

Atualmente, os procuradores estaduais são nomeados pelo Executivo local, com base numa lista triplíce indicada pela categoria. No caso do procurador-geral da República — lembrou Sebastião Rocha — a escolha é pessoal do presidente da República.



Rocha: Amapá, mesmo sendo pobre, foi dos menos beneficiados com recursos da Sudam

Moreira critica MP que limita uso do solo na Amazônia

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) criticou ontem a reedição, pela 62ª vez, da Medida Provisória 2.080, que limita o uso do solo na Amazônia a 20% de cada propriedade. O senador citou artigo de autoria do juiz de Rondônia Léo Fachin, para quem a medida "joga na marginalidade entre 18 e 20 milhões de brasileiros".

Conforme o senador, as reedições da MP, por mais de cinco anos, limitam o direito de propriedade ao restringir o uso do solo sem indenizar os proprietários legítimos.

Em aparte, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) concordou com Moreira Mendes e disse que a MP 2.080, em sua opinião, foi "ditada do exterior". Também em aparte, a senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou que seria importante que o governo permitisse a flexibilização dos limites para o uso do solo, estabelecidos em 80%. Para isso, os estados teriam de criar seu próprio código florestal, estabelecendo padrões ecologicamente aceitáveis do uso da terra.

Romero Jucá pede a contratação de professores

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) pediu ao ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para autorizar, de imediato, o reitor da Universidade Federal de Roraima a contratar 120 professores efetivos, para atender às necessidades de várias disciplinas de cursos que estão em fase de implantação na instituição de ensino superior.

Conforme Jucá, a Universidade Federal de Roraima, mesmo com a atual carência de docentes, tem realizado um importante papel de valorização da educação pública no estado, somando forças e colaborando com o governo e a sociedade na construção de alternativas que a comunidade do estado merece.



Moreira Mendes: contra reedições de medida provisória



Romero Jucá faz apelo ao ministro da Educação

CAE aprova empréstimo para assentamentos

Pedido de recursos de US\$ 200 milhões do Banco Mundial será examinado a partir de agora em regime de urgência

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem empréstimo do governo brasileiro com o Banco Mundial (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento – Bird), no valor de 281,19 milhões de euros



A Comissão de Assuntos Econômicos decidiu realizar audiência sobre a reforma agrária

(equivalentes a US\$ 200 milhões de dólares à época da formalização do pedido), para projetos de infra-estrutura como estradas, escolas e postos de saúde, e assentamentos do Programa de Reforma Agrária do governo, no Projeto de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural-1, executado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Os recursos, segundo explicações concedidas pelo relator da matéria, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), serão repassados a fundo perdido às associações dos assentamentos daquele projeto (ou seja, nenhuma associação precisará restituir ao governo os valores recebidos).

Por iniciativa do senador Romero Jucá (PSDB-RR), líder do governo no Senado, o projeto, de autoria do Poder Executivo, será tratado a partir de agora, em regime de urgência, segundo deter-

minou a comissão, a fim de que não se percam os prazos estipulados pelo Banco Mundial.

Antes da aprovação do projeto de empréstimo agrícola com o Bird, a CAE aprovou também requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pela realização de audiência pública, naquela comissão, para discutir aspectos considerados decisivos na reforma agrária do governo.

Inicialmente, o senador petista queria vincular a liberação do empréstimo com o Bird à realização desse debate. Entretanto, para não criar empecilho à liberação dos recursos para a infra-estrutura dos assentamentos, o senador Suplicy concordou em desvincular uma coisa da outra, votando, inclusive, favoravelmente à aprovação do empréstimo com o Bird, acatando sugestões dos senadores Paulo Hartung (PPS-ES), Romero Jucá, e do presidente da comissão, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Originalmente, o requerimento do senador Suplicy sugere que sejam convidados para a audiência pública na CAE sobre a reforma agrária o ministro Raul Jungmann, do Desenvolvimento Agrário; dom Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT); Manoel José dos Santos, presidente da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura); Pedro Stédile, representante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); e Gerson Teixeira, presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra).

Freitas Neto (PFL-PI) sugeriu que também seja convidado para a audiência pública sobre a reforma agrária o líder fundador do MST, José Rainha. Já o senador José Alencar ((PMDB-MG) disse fazer questão de convidar para o debate o presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), “de modo a que as classes produtoras estejam também representadas.”

Infra-estrutura será beneficiada

Ao responder a indagações dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Paulo Souto (PFL-BA), sobre o destino dos recursos do empréstimo com o Bird, o relator do projeto, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), disse que todos os recursos desse empréstimo aprovado na CAE irão para projetos de infra-estrutura dos assentamentos, não se destinando absolutamente nada para a compra de terras.

Ele explicou, também, que o governo brasileiro vai bancar um custo de 7,46% ao ano pelo financiamento a ser concedido pelo Bird. O empréstimo terá prazo de dez anos para ser quitado, mas o primeiro desembolso do tomador (o governo brasileiro) ocorrerá somente após cinco anos do desembolso. Após esse prazo de carência, os pagamentos do empréstimo serão feitos a cada semestre.

Ao comentar o projeto do gover-

no, Moreira Mendes (PFL-RO) o considerou de profunda incoerência, pois se de um lado tenta combater a pobreza rural, carregando recursos para infra-estrutura dos assentamentos, de outro lado impede que o agricultor torne sua terra produtiva, na medida em que “dá ouvidos a certas ONGs (Organizações Não-Governamentais) e acata restrições à ocupação da terra na Amazônia” – destacou, referindo-se à MP 2.080, baixada pelo presidente da República.

Cabral pede retomada do programa Calha Norte

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) ressaltou a importância do programa Calha Norte na defesa da Amazônia. Segundo ele, o programa está abandonado e, dos parcos R\$ 8 milhões destinados à implantação da infra-estrutura básica para os municípios da região cobertos pelo programa, apenas R\$ 3 milhões foram liberados, estando o restante contingenciado pelo governo federal e o Ministério da Defesa.



Cabral: soberania sobre a Amazônia depende da ocupação das fronteiras no norte do país

Para Cabral, a soberania brasileira na Amazônia depende da ocupação das fronteiras ao norte do país, e o programa Calha Norte é a melhor forma de proteger aquela região. “São 37 municípios que dependem dessa verba para postos de saúde, escolas em comunidades carentes, reparação de estradas vicinais e manutenção de instalações essenciais à vida dessas comunidades”, disse.

Ele lamentou que os “burocratas do Tesouro Nacional” não tenham noção da importância de um programa como o Calha Norte. “Façam ouvidos de mercador e viverão para prantear sua decisão em futuro bem próximo, quando a cobiça internacional ganhar espaço na região”, alertou.

Gilvam presta homenagem às populações indígenas

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) prestou homenagem aos povos indígenas de todo o país, por ocasião do Dia do Índio, fazendo um histórico da situação dos índios no Brasil – que, de cerca de seis milhões à época do descobrimento, foram reduzidos hoje a pouco mais de 300 mil – e apoiando suas reivindicações, entre elas a demarcação de terras.

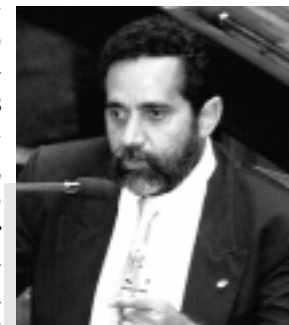
– Apesar das doenças a que estão constantemente expostos, dos abusos que sofrem no contato com os brancos, dos vícios que são induzidos a contrair e do estado de pobreza em que vive a maioria dos grupos indígenas, mesmo assim, pode-se registrar que algumas etnias sobrevivem e ainda são numerosas – destacou.

Gilvam Borges lamentou que, depois de cinco séculos de extermínio e discriminação, os brancos pouco saibam sobre a cultura, as tradições e o significado dos povos indígenas para a formação da cultura e da sociedade brasileira.

– Infelizmente, milhões de brasileiros ainda olham os índios com

superioridade, mas é importante ressaltar que as tribos desenvolvem sozinhas maneiras de trabalhar, produzir, consumir e curar doenças – afirmou ele.

O senador cobrou mais ações concretas da Fundação Nacional do Índio (Funai) no sentido de acelerar e concluir os processos de demarcação de terras indígenas que estão em andamento e



Gilvam: milhões de brasileiros olham índios com superioridade

viabilizar outros que necessitam ser iniciados. Segundo o senador, de um total de 580 áreas indígenas existentes no Brasil, cerca de 373 estão demarcadas. Em toda essa área, existem mais de 8 mil invasões, representando constante preocupação de conflito.

A maior parte das tribos vive hoje na chamada Amazônia Legal, que ocupa área de 4 milhões de quilômetros quadrados e é formada pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará, Tocantins e Mato Grosso. Nas comunidades indígenas, há cerca de 210 povos distintos, falando mais de 170 línguas conhecidas, informou o parlamentar.